QUESTÕES DE GÊNERO E A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER EM PERIÓDICOS DA ÁREA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

GENDER ISSUES AND DOMESTIC VIOLENCE AGAINST WOMEN IN SCIENCE EDUCATIONJOURNALS

TEMAS DE GÉNERO Y VIOLENCIA DOMÉSTICA CONTRA LAS MUJERES EN REVISTAS DEL ÁREA DE ENSEÑANZA DE CIENCIAS

Letícia Barbieri Martins[1]
Rosemar Ayres dos Santos[2]

RESUMO
Por muito tempo a violência doméstica contra a mulher fora legitimada por dogmas religiosos, por ideologias políticas e patriarcais, fazendo parte da história de muitas famílias mundo afora. Nesse sentido, investigamos: O que pesquisas publicadas em periódicos da área de Ensino de Ciências discutem sobre as questões de gênero e Violência doméstica contra a mulher? Objetivamos verificar se existiam pesquisas que investigaram Violência doméstica contra a mulher, considerando o contexto da sala de aula, em que são desenvolvidas as práticas educativas no Ensino de Ciências da Educação Básica e sua inter-relação com a Educação CTS/PLACTS. Analisar, por meio de revisão bibliográfica, pesquisas que apontavam Violência doméstica contra a mulher e questões de gênero em periódicos da área de Ensino de Ciências. Averiguar em documentos educacionais curriculares a presença da indicação da problematização da violência doméstica contra a mulher. O *corpus* de análise foi composto pelas edições da Revista da Associação Brasileira de Ensino de Biologia, da Revista Brasileira de Ensino de Física e da Revista Virtual de Química. É uma pesquisa qualitativa, do tipo ensaio teórico. Na busca, não encontramos artigos que discutiam explicitamente a violência doméstica contra a mulher e sim trabalhos que mencionavam brevemente o tema ao longo de suas escritas. Desse modo, resultados como os encontrados podem demonstrar que ainda há poucos estudos relacionados à violência doméstica contra a mulher, em especial, no ensino de ciências.
PALAVRAS-CHAVE: violência doméstica contra a mulher; ensino de Ciências; gênero feminino; ciência-tecnologia-sociedade.

ABSTRACT
For a long time, domestic violence against women was legitimized by religious dogmas, as well as political and patriarchal ideologies, thus being part of the history of many families around the world. In this sense, we have explored the following research question: What studies published in journals in the field of Science Education have discussed gender issues and domestic violence against women? We aimed to check if there were studies that had investigated domestic violence against women, considering the context of the classroom, where Science Education practices are developed in elementary school, and their interrelation with Latin American Thought in Science, Technology, Society (LATSTS) Education. Another objective was to analyze, through a literature review, studies that addressed domestic violence against women and gender issues, published in journals in the field of Science Education. We also investigate whether educational curriculum documents approached the theme of domestic violence against women. *The corpus* of analysis was composed of the editions of the *Revista da Associação*

[1] Graduada em Física- Licenciatura pela Universidade Federal da Fronteira Sul, mestranda bolsista do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências na mesma Instituição. Participa dos Ciclos Formativos em Ensino de Ciências e Matemática, projeto de extensão do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de Ciências e Matemática (GEPECIEM/UFFS). E-mail:leticiabmartins25@gmail.com

[2] Licenciada em Física pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Mestra em Educação e Doutora em Educação na linha de pesquisa Práticas Escolares e Políticas Públicas pela UFSM. Atualmente é Professora Adjunta IV na área de Ensino de Física e Ciências; professora, orientadora e coordenadora da Linha de pesquisa 1 no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências (PPGEC), na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo, RS. E-mail: roseayres07@gmail.com

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

Brasileira de Ensino de Biologia, the *Revista Brasileira de Ensino de Física*, and the *Revista Virtual de Química*. This is a theoretical, qualitative study. Our search did not find articles that explicitly discussed domestic violence against women, but works whose manuscript briefly mentioned the subject. Thus, the search results show that there are still few studies on domestic violence against women, especially in the field of science education.
KEYWORDS: domestic violence against women; Science teaching; female gender; science-technology-society.

RESUMEN
Durante mucho tiempo, la violencia doméstica contra las mujeres estuvo legitimada por dogmas religiosos, ideologías políticas y patriarcales, siendo parte de la historia de muchas familias alrededor del mundo. En este sentido, se investigó: ¿Qué las investigaciones publicadas en revistas del área de Enseñanza de Ciencias discuten sobre cuestiones de género y violencia doméstica contra las mujeres? El objetivo fue verificar si hay investigaciones que investigaron la violencia doméstica contra las mujeres, considerando el contexto del aula, en el que se desarrollan las prácticas educativas en la Enseñanza de Ciencias de la Educación Básica y su interrelación con la Educación CTS/PLACTS; analizar, a través de una revisión bibliográfica, investigaciones que abordaron la violencia doméstica contra las mujeres y las cuestiones de género en revistas del área de la Educación en Ciencias; investigar en los documentos curriculares educativos la presencia de un indicio de problematización de la violencia doméstica contra las mujeres. El *corpus* del análisis se compuso de las ediciones de la *Revista da Associação Brasileira de Ensino de Biología, Revista Brasileira de Ensino de Física* y *Revista Virtual de Química*. Es una investigación cualitativa, del tipo ensayo teórico. En la búsqueda no se encontraron artículos que abordaran explícitamente la violencia doméstica contra las mujeres, sino trabajos que mencionaran brevemente el tema a lo largo de sus escritos. Por tanto, resultados como los encontrados pueden demostrar que todavía hay pocos estudios relacionados con la violencia doméstica contra las mujeres, especialmente en la enseñanza de las Ciencias.
PALABRAS CLAVE: violencia doméstica contra las mujeres; enseñanza de las Ciencias; género feminino; ciencia-tecnología-sociedad.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A violência contra a mulher é um assunto bastante emergente de problematizações porque é uma realidade vivenciada por muitas pessoas do gênero feminino em situações cotidianas. E, dentre as violências sofridas, está a denominada doméstica, aquela praticada pelo parceiro íntimo ou ex de gênero masculino em relações heteroafetivas ou até mesmo do gênero feminino em relações homoafetivas. Estima-se que ocorra em todos os países do mundo, independentemente de classe social, cultura, crença religiosa, idade e status econômico.

O ambiente familiar deveria ser um lugar no qual se encontra solidariedade, amor e segurança, no entanto, por vezes, torna-se um lugar de violência, opressão e infelicidade. Mesmo com o aumento no campo de direitos do gênero feminino, o Brasil, até então, apresenta índices muito altos de violência e morte contra a mulher, que ocorrem devido à condição de ser mulher, ou seja, o feminicídio íntimo. No período da pandemia da COVID 19, a violência contra a mulher teve seu índice aumentado devido ao distanciamento social e a necessidade de permanecer maior tempo em casa (Vieira; Garcia; Maciel, 2020; Maciel et al., 2019; Waiselfisz, 2015; Secretaria Nacional De

Segurança Pública, 2015; OMS, 2014; Meneghel; Hirakata, 2011).

Nesse âmbito, considerando que a definição de gênero depende do país que se refere, Jesus (2012) entende que o gênero é uma questão social, não sendo o mesmo que sexo. Desse modo, a autora traz em forma de glossário as definições de que sexo se refere à "classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais" (2012, p. 13). Já gênero é a "classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Independe do sexo" (2012, p. 13). Logo, a orientação de gênero é a "forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive" (2012, p. 13). Nesse sentido:

> Gênero é a assunção de significados culturais, específicos de uma categoria social, pelo corpo sexuado, e faz referência às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas. Não haveria uma concepção universal da pessoa, como se acredita, posto que elas e seus gêneros são socialmente construídos por meio de suas relações, em contexto historicamente e determináveis. (Rabelo, 2017, p. 18)

A categoria na qual este trabalho se baseia é de Gênero, referido também como identidade de gênero, em que podem abranger diversas experiências individuais. As categorias mais conhecidas e consideradas tradicionais são: Mulher e Homem Cisgênero, os quais se identificam com o sexo atribuído a ele desde o nascimento; e Mulher e Homem Transgênero cuja identidade de gênero é diferente do sexo atribuído no nascimento. No entanto, além das categorias ditas tradicionais, existem outras identidades de gênero reconhecidas e respeitadas como gênero: Queer, Não-Binário, Gênero Fluido, Gênero Agênero, Bigênero, etc. Essas identidades são estritamente pessoais e individuais e cada pessoa tem o direito de se identificar da maneira que melhor represente sua experiência de gênero (Gomes, 2021).

Dessa forma, uma possibilidade para problematizações que envolvam gênero e violência doméstica contra a mulher é a abordagem a partir da educação na perspectiva ciência-tecnologia-sociedade (CTS),

> tanto para a tomada de posicionamentos e decisões em relação à sociedade, como em relação a si mesmo/a, no seu autodesenvolvimento. Trata-se de uma temática que contém em si uma perspectiva política capaz de provocar reflexões críticas acerca de processos de exclusão, discriminação e opressão presentes na sociedade (Lima e Siqueira, 2013, p. 156).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

Desse modo, levando em conta as questões de gênero, em especial ao gênero feminino e à violência doméstica contra a mulher, investigamos: O que as pesquisas publicadas em periódicos da área de Ensino de Ciências discutem sobre questões de gênero e Violência doméstica contra a mulher?

Tivemos como objetivos: Verificar se existem pesquisas que investigaram Violência doméstica contra a mulher, considerando o contexto da sala de aula, onde são desenvolvidas as práticas educativas no Ensino de Ciências da Educação Básica e sua inter-relação com a Educação CTS/PLACTS. Analisar, por meio de revisão bibliográfica, pesquisas que apontam Violência doméstica contra a mulher e questões de gênero em periódicos da área de Ensino de Ciências. Averiguar em documentos educacionais curriculares a presença da indicação da problematização da violência doméstica contra a mulher. Essa investigação resultou neste ensaio teórico.

Nesse contexto, a ideia deste trabalho surgiu durante a realização do Estágio de Docência em uma escola de um município da região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, momento em que uma Policial Militar palestrou sobre a Violência contra a mulher para as/os estudantes da escola. Despertando nossa intenção de investigar se o assunto é discutido em outras escolas por professoras/es da educação básica, especialmente, no Ensino de Ciências. Na sequência, apresentamos, de forma muito breve, o histórico dessa violência.

CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIAL DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

A violência doméstica contra a mulher é um assunto em voga. Pesquisas como a de Rabello e Caldas Filho (2007) indicam que o motivo de muitas violências pode estar diretamente ligado à ingestão de álcool, pelo fato de a bebida diminuir as inibições, obscurecer julgamentos, impedir a habilidade de análise, ampliando a circunstância da agressividade. No entanto, homens com o histórico de agressividade tendem a apresentar um maior descontrole. Geralmente, ela é desencadeada por pessoas as quais a vítima dispõe de muita confiança, portanto ela pode ser encontrada dentro de casa.

Por muito tempo, a violência doméstica fora legitimada por dogmas religiosos, por ideologias políticas e patriarcais, fazendo parte da história de muitas famílias mundo

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

afora. As desigualdades de gênero eram, tradicionalmente, normatizadas. O marido tinha permissão de violentar fisicamente a esposa, inclusive quando ela apenas o questionava. Esperava-se que a esposa fosse fiel, mas tolerasse a infidelidade dele. Segundo Soihet (2018, p. 384), "a fidelidade obrigatória era impossível de ser mantida pelo homem cuja sexualidade era excessivamente exigente, resvalando a qualquer "sedução". Julgava-se dever da esposa a compreensão de tais "fraquezas".

Os maus-tratos são desculpas socialmente construídas em situações que apontam alguma postura em que a mulher não é vista como uma boa mãe ou uma boa esposa. O modelo de organização familiar tradicional remete ao lugar da mulher como sendo no lar, cuidando das/os filhas/os, e o homem como o ganha-pão da família (Dias, 2010).

Historicamente, como aponta Dias (2010), ao homem era concedido o direito de executar a sua autoridade sobre as mulheres, estas eram consideradas propriedade, a lei as via como "categorias sociais dependentes", em que não detinham direitos. Resquícios culturais que apresentaram por muito tempo o domínio socioeconômico e ideológico que acarretou não apenas na autoridade masculina no lar como a posição inferior do gênero feminino na sociedade.

Segundo a mesma autora, por muito tempo, a violência contra as mulheres foi uma condição aceitável e comum ao longo do casamento. Momento esse em que as mulheres casadas eram consideradas inexistentes. Na doutrina medieval, as mulheres, após o casamento, perdiam a sua identidade, passando a pertencer aos maridos, o homem assumia toda e qualquer conduta realizada pela mulher, portanto era concedido a ele o direito de punição, a qual se apresentava, inclusive, com violência física.

Já, na atualidade, com a evolução dos direitos das mulheres na cultura ocidental, período histórico considerado moderno, quando uma mulher percebe que está em uma relação violenta, geralmente ela abandona o agressor. No entanto, há casos em que ela retorna ao relacionamento antes de encerrá-lo. O fato de as mulheres não abandonarem esse relacionamento pode estar ligado à preocupação com as/os filhas/os, fatores econômicos, falta de apoio, dependência emocional, além da promessa de mudança por parte do parceiro. Conforme Krug *et al*. (2002), é um processo que inclui o estágio de culpa, negação e de sofrimento antes de reconhecer o abuso e a identificação com outras mulheres que vivem em situações similares. Lamentavelmente, afastar-se do opressor não garante a segurança. Por vezes, a violência pode aumentar após a mulher abandonar o cônjuge.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

Portanto, evidencia-se a relevância de discussões relacionadas às adversidades encontradas pelas mulheres, no que envolve o contexto histórico-cultural de discriminação, permitindo reflexões críticas acerca das questões de gênero e o seu papel na sociedade, rompendo com a visão de que os cuidados da família e do lar são responsabilidades apenas dela, dentre outros estereótipos que foram edificados ao longo dos anos na sociedade. Dessa forma,

> O estereótipo funciona como uma máscara. Os homens devem vestir a máscara do macho, da mesma forma que as mulheres devem vestir a máscara das submissas. O uso das máscaras significa a repressão de todos os desejos que caminharem em outra direção. Não obstante, a sociedade atinge alto grau de êxito neste processo repressivo, que modela homens e mulheres para relações assimétricas, desiguais, de dominador e dominada (Saffioti, 1987, p. 40).

Assim, a discussão vigente sobre a problemática de gênero só foi possível, sobretudo, por conta dos movimentos feministas, especialmente pela contribuição do feminismo radical dos anos 60 e 70, colocando em pauta os papéis sociais dispostos às mulheres, através de denúncias de discriminação, opressão, exploração pelo gênero masculino, do androcentrismo e do patriarcalismo. Temas estes que passaram a estar como pontos centrais nas lutas feministas (Dias, 2008). Na mesma época, a violência sofrida pelas mulheres passou a adquirir maior atenção passando a ser um problema social.

A conjuntura da mulher perante a sociedade e a família introduziu discussões em grupos de mulheres que identificaram, entre outras coisas, a violência que sofriam em suas próprias residências (Straus; Gelles; Steinmetz apud Dias, 2004). Dessa forma, foi possível perceber que a hostilidade reproduzida pelos maridos não era algo singular, mas sim uma adversidade coletiva. Portanto, a caracterização de violência contra as mulheres foi tecendo novas ampliações, originada na agressão física, percorrendo o abuso verbal, emocional, psicológico e sexual. Na atualidade, é possível compreender que a violência consiste em princípios de condutas que ocorrem com a intenção de desenvolver a intimidação e o poder de controle sobre a mulher.

Geralmente, as mulheres sentem medo de cortar o vínculo com o companheiro por conta dos filhos, medo da reação da sociedade e amigos, da ausência de recursos financeiros, dependência emocional ou passional (Saffioti, 2004). Portanto, há a incapacidade de a mulher pôr um ponto final em uma relação violenta. Contudo, estas são coagidas a permanecer com os parceiros agressores. No geral, a violência doméstica

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

é um assunto de alta complexidade, que afeta muitas mulheres. Nessa perspectiva, a seguir, discutiremos a violência doméstica contra a mulher que ocorre no Brasil.

CENÁRIO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO BRASIL E A PERSPECTIVA DE INTER-RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO CTS/PLACTS

No Brasil, embora a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º caput, expor que "todos somos iguais perante à lei, sem distinção de qualquer natureza" (Brasil, 1988, p. 13), não dispôs de garantias e igualdade efetivamente entre homens e mulheres.

Um modelo de legislação que visa "coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher" (Brasil, 2006) é a Lei Maria da Penha, que assegura proteção à mulher contra todos os tipos de violência doméstica, sendo ela, moral, física, sexual, patrimonial ou psicológica. Essa Lei traz punições mais rígidas do que as penas alternativas, ela permite que o agressor seja preso em flagrante ou tenha a prisão preventiva decretada caso o sujeito mantenha atitudes inconvenientes.

Nesse âmbito, a violência doméstica contra a mulher pode ser encontrada:

> I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (Brasil, 2006).

Como destacado na Lei Maria da Penha, existem cinco caracterizações de violência contra o sexo feminino. A violência física é compreendida como o comportamento que danifica a integridade do corpo da mulher. Ela é exercida com a força física que pode ocasionar lesões de diversas formas. A violência psicológica é aquela que não conseguimos enxergar, no entanto ela pode ser bastante profunda, causando danos emocionais ou a redução da autoestima da mulher quando, por exemplo, ela é impedida de trabalhar, falar, sair, visitar parentes, estudar. Já, a violência sexual é entendida como qualquer comportamento que submeta a mulher a manter, participar ou presenciar uma relação sexual não desejada, o mesmo vale para quando a mulher é obrigada a utilizar anticoncepcionais, a se prostituir ou realizar aborto por intermédio da força ou intimidação. A violência patrimonial entende-se como

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

procedimentos que procedam a degradação de bens pertencentes à mulher, sejam eles, parcial ou total. Por fim, a violência moral é a ação que degrada a reputação da mulher, como calúnia e difamação, fato este que pode dirigir-se, da mesma forma, na internet (Brasil, 2006).

Para o Instituto Maria da Penha, a violência doméstica apresenta três fases, que colaboram na permanência dessas mulheres na relação, o chamado "Ciclo da Violência". Na primeira fase, caracterizada como "Tensão" é identificado alguns desentendimentos do casal. A segunda é chamada de "Explosão", na qual é apontada a violência contra a mulher, podendo ser física, psicológica, moral, patrimonial e sexual. Na terceira, determinada "Lua de Mel", é definida como o instante em que o agressor se arrepende de suas ações, pede desculpas, jura que nunca mais acontecerá de novo, que irá mudar... No entanto, o ciclo apresenta esse nome por não haver transformações concretas na relação. Pouco tempo depois, inicia-se novamente a primeira fase.

Já, a Lei do Feminicídio (Brasil, 2015) prevê o crime de homicídio contra o gênero feminino pelo simples fato da mulher ser mulher. Portanto, o assassinato do sexo feminino, para ser considerado feminicídio, é quando o crime envolve "violência doméstica e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher" (Brasil, 2015, p. s/n). A Lei foi criada com o objetivo de diminuir os crimes praticados contra as mulheres no Brasil, tornando as penalidades mais rígidas e severas. Muito necessária, já que, conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017), uma mulher é morta a cada duas horas no país.

Nessa esfera, a violência sofrida pelo gênero feminino abrange a esfera da saúde pública, por prejudicar um grande número de mulheres, o que leva a danos físicos, emocionais e mentais, afetando a qualidade de vida ou levando-as à morte (Krug *et al*., 2002). No Brasil, a violência contra a mulher é muito preocupante e encaminha-se para um dos novos perfis epidemiológicos do país (Guedes, Fonseca e Emiko, 2013). A estimativa é que a cada três mulheres, uma já foi, é ou será vítima de violência (OMS, 2014).

Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça de São Paulo reconheceu a violência doméstica e/ou familiar contra uma mulher trans e a aplicação da Lei Maria da Penha no Recurso Especial Nº 1977124 - SP (2021/0391811-0), em que impôs medidas protetivas à vítima: Não há sentido em empregar a Lei Maria da Penha por "um fator meramente biológico", ou seja, a aplicação da Lei não deve abranger somente mulheres

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

cisgênero, que nasceram com o órgão sexual feminino e que se identificam com o gênero feminino. O recurso especial cita que "A vulnerabilidade de uma categoria de seres humanos não pode ser resumida tão somente à objetividade de uma ciência exata. As existências e as relações humanas são complexas e o Direito não se deve alicerçar em argumentos simplistas e reducionistas" da mesma forma:

> Gênero é questão cultural, social, e significa interações entre homens e mulheres. Uma análise de gênero pode se limitar a descrever essas dinâmicas. [...] Por outro lado, sexo refere-se às características biológicas dos aparelhos reprodutores feminino e masculino, bem como ao seu funcionamento, de modo que o conceito de sexo, como visto, não define a identidade de gênero. Em uma perspectiva não meramente biológica, portanto, mulher trans mulher é (Recurso Especial Nº 1977124 - SP [2021/0391811-0]).

A violência ocorreu em um ambiente doméstico, familiar e afetivo, reconhecido pela Lei n. 11.340/2006. Da mesma forma, concluiu-se que as ações foram "influenciadas pela relação patriarcal e misógina que o pai estabeleceu com a filha" e a violência cometida pelo agressor "são elementos próprios da estrutura de violência contra pessoas do sexo feminino", resultando na aplicabilidade de medidas protetivas da Lei Maria da Penha.

Nesse contexto, consideramos que práticas educativas de perspectivas CTS e PLACTS (Pensamento Latino-Americano em CTS) em sala de aula, desenvolvidas de forma interdisciplinar entre componentes curriculares, pode auxiliar, fazendo uma inter-relação com a temática da violência doméstica contra a mulher, uma configuração curricular de pertencimento. É importante lembrar que tanto CTS quanto PLACTS descendem de movimentos sociais que questionaram a concepção tradicional positivista da ciência-tecnologia (CT). Esses movimentos estavam insatisfeitos com os rumos do desenvolvimento científico-tecnológico, o qual não estava conduzindo, de forma linear e automática, ao bem-estar social (García; Cerezo; Lopez, 1996). Portanto, surge a necessidade de discutir, não só os avanços para as consequências sociais da CT, mas os interesses e os valores envolvidos na definição de que a CT está sendo produzida, como os políticos e econômicos. Além disso, urge através do PLACTS a busca de uma política de CT nacional (Dagnino, 2015).

Assim, percebe-se a necessidade de uma educação CTS/PLACTS balizada pelo sentimento de democratização, formando cidadãos críticos e participantes, ativos na tomada de decisão. O ensino de Ciências nessa perspectiva pode dar à/ao estudante a

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

oportunidade de compreender e desenvolver conhecimentos que o possibilite entender a realidade que vive, permitindo-lhe refletir conscientemente ao tomar decisões e mudar sua própria realidade. Isso inclui a possibilidade de lidar com situações de violência, desenvolvendo um senso crítico que o capacite a compreender, prevenir e evitar que ela ocorra. Desse modo, a CT, como aliada nessa questão social tão cara, necessita de agenda de políticas públicas em constante manuseio, que permita proporcionar uma leitura crítica de mundo, da realidade por parcela das/os estudantes.

Metodologicamente, parte-se de temas sociais para os conceitos científicos e deste retorna para os temas, focalizando a formação do cidadão crítico e participante nas decisões relacionadas ao desenvolvimento da CT e da Sociedade e suas inter-relações.

Além disso, percebe-se ainda uma aproximação com a metodologia de Freire (1979, 1987), a qual pode ocorrer em três dimensões (Auler, 2007): currículo construído em torno de problemas/temas reais; perspectiva interdisciplinar desses problemas/temas; e a procura da democratização de processos decisórios. Buscando, assim, uma maior cultura de participação de todas/os as/os atoras/es sociais em processos que envolvem a CT, superando a cultura do silêncio onde o sujeito deixa de ser um objeto apenas histórico e passa a ser crítico e ativo que problematiza os rumos dados ao desenvolvimento científico-tecnológico (Auler, 2002).

O intuito é o desenvolvimento da prática de acordo com o contexto da/o estudante (Freire, 1987). Dessa forma,

> Defende-se a necessidade de mudanças profundas no campo curricular. Ou seja, configurações curriculares mais sensíveis ao entorno, mais abertas a temas, a problemas contemporâneos marcados pela componente científico tecnológico, enfatizando-se a necessidade de superar configurações pautadas unicamente pela lógica interna das disciplinas, passando a serem configuradas a partir de temas/problemas sociais relevantes, cuja complexidade não é abarcável pelo viés unicamente disciplinar (Auler, 2007, p. 2).

Nesse contexto, o entrelaçamento entre a educação CTS, PLACTS e a problemática da violência doméstica contra a mulher para o desenvolvimento de práticas educativas em sala de aula, no ensino de ciências, tem razão de ser, como identificam Lima e Siqueira (2013), ao discutirem gênero e sexualidade, em que com a

> [...] abordagem CTS de educação em ciências e de sua vertente que dá destaque à importância da conexão das ciências com temas que dizem respeito à vida dos indivíduos, estabelecemos um diálogo desta noção com o

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

> ensino de temáticas relacionadas a sexualidade e gênero – desenvolvidas como constructos histórico sociais - em aulas de ciências. [...] (p. 168).

Práticas voltadas ao contexto, ao mundo vivencial da/o estudante tendem a se mostrar muito promissoras, já que ela/e tem a oportunidade de discutir a respeito da própria realidade em que vive, possibilitando o desenvolvimento de sua criticidade e a tomada de decisão. Desse modo, no próximo tópico, discutiremos a metodologia de pesquisa utilizada.

METODOLOGIA

Esta pesquisa utiliza-se de uma abordagem qualitativa, do tipo ensaio teórico, cuja caracterização baseia-se na natureza reflexiva e interpretativa, valorizando aspectos relacionados às mudanças qualitativas que ocorrem em fenômenos ou objetos analisados (Meneghetti, 2011).

O *corpus* de análise foi composto pelas edições da Revista Brasileira de Ensino de Física (RBEF), Revista da Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBENBIO) e Revista Virtual de Química (RVQ), desde a primeira publicação de cada periódico até à disponível em julho de 2022. A escolha desse *corpus* de pesquisa se justifica por as Revistas serem consideradas representativas em nível nacional, bem como servirem de espaços de divulgação e discussão de pesquisas realizadas no âmbito de Ensino de Ciências.

A construção, definição e delimitação do *corpus* de análise ocorreu por meio de uma busca eletrônica nos periódicos listados anteriormente, selecionando artigos que atendiam aos critérios de conter os descritores “violência”, “gênero” ou “mulher” no título, no resumo ou nas palavras-chave. E, posteriormente, com a inclusão das palavras: Ciência, Tecnologia e Sociedade, Ciência/Tecnologia/Sociedade, Ciência, Tecnologia e Sociedade, Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente e/ou as siglas CTS e CTSA.

Certamente, houve uma atenção integral com as palavras “violence”, “women”, “gender”, “female”, “feminine”, “womanly”, “género” “femenino”, “mujer”, “violencia”, uma vez que, além de aceitar artigos em português, as revistas admitem submissões em línguas estrangeiras, como em inglês e em espanhol.

Na busca eletrônica, encontramos um total de 7.914 trabalhos publicados, destes,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

2.550 foram identificados na RBEF, 4.043 na SBENBIO e 1.321 na RVQ. Já na busca dos descritores “mulher”, “gênero”, “feminino/a” e “violência”, encontramos 5 na RBEF, 155 na SBENBIO e 33 na RVQ, totalizando 193 artigos. O critério de seleção das palavras se justifica pelo fato de não encontrarmos as palavras “violência” ou “violência contra a mulher” no título, resumo e/ ou palavras-chave nos periódicos visitados. Já com as palavras selecionadas “mulher”, “gênero” e “feminino/a” conseguimos ampliar nosso campo de pesquisa e alcançar um quantitativo maior de artigos.

Posteriormente a essa primeira análise, buscou-se nos artigos citados, os quais apresentavam “mulher”, “gênero”, “feminino/a” e “violência”, os termos Ciência, Tecnologia e Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente e/ou as siglas CTS e CTSA no título, resumo e/ou palavras-chave e constatamos haver a existência de um artigo que apresentava CTS/CTSA no título. No entanto, a palavra gênero a que se referia era relacionada ao gênero cinematográfico e não ao gênero feminino.

Nesse sentido, dos 193 trabalhos, um grande quantitativo apresentava a palavra gênero, no entanto não se tratava do gênero feminino, mas tinham a ver com gêneros textuais, biológicos de plantas, cinematográficos, entre outros. Assim, não apresentando relação com a temática.

Encontramos 12 artigos que atendiam ao problema e aos objetivos de pesquisa, os quais discutem, mesmo que de forma muito breve, a Violência contra a Mulher ao longo dos seus textos. Cabe aqui destacar que todos foram publicados na Revista da SBENBIO, sendo alguns resultantes de artigos apresentados em eventos promovidos por ela, conforme no Quadro 1.

QUADRO 1 – Trabalhos que discorrem acerca da Violência contra a Mulher

Nº	Título	Autoras/es	Revista - Evento	Ano
T1	Tempo com ciências: uma proposta de espaço de educação não formal.	Daniella Yezzi de Araújo, Vanessa Batista Lins, Maryellen Cristina Tenório Alves e Renata do Nascimento Jucá	IV Enebio	2012
T2	Delineamentos dos papéis sociais de gênero por estudantes do ensino médio	Bianca Araci de Figueiredo	VI Enebio e VIII Erebio Regional 3	2016
T3	"Mulheres na ciência": Quando a formação docente se ocupa em	Autor desconhecido	VI Enebio e VIII Erebio Regional 3	2016

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

	discutir igualdade de gênero e ciência			
T4	“Diversidade no âmbito escolar: Diferentes perspectivas na formação docente”	Renata Alexandre Bianchi, LetíciaBenavalli, Letícia Silveira Barcelos e Lúcia de Fátima Estevinho Guido	VI Enebio e VIII Erebio Regional 3	2016
T5	Problematizando os padrões de gênero e sexualidade disseminados na sociedade - uma experiência no ensino fundamental II no âmbito do PIBID	Rafael Pelletti Fidelis Lopes, Ana Luisa Luisi Vieria, Tatiane Maris Gorska Falconi e Aline Nair Mende Costa	VII Enebio- I Erebio Norte (E1)	2018
T6	O PIBID no desenvolvimento de temática transversal: igualdade de gênero nas aulas de ciências	Fausto Neto Reis de Lira, Flavia Maria Mérida Ramoneda, Rosana Louro Ferreira Silva e Daniela Lopes Scarpa	VII Enebio- I Erebio Norte (E4)	2018
T7	A ausência das epistemologias feministas na educação em ciências e biologia	Alicia Moreira Barros e Mariana Brasil Ramos	VIII Enebio	2021
T8	“Mesmo se eu for estuprada, eu não vou abortar”: Discursos de discentes dos anos finais do ensino fundamental na disciplina educação para sexualidade	Vinicius Mascarenhas dos Passos	VIII Enebio	2021
T9	Educação para a diversidade sexual e de gênero via abordagem temática freiriana	Elísha Silva de Jesus, Leonardo Oliveira da Costa, Laura Alves de Oliveira e Juliana Rezende Torres	VIII Enebio	2021
T10	Desconstruindo gêneros e sexualidades na escola: o conto real da fada homossexual e o monstro homem, suas relações de poder e subversões – experiência docente de aula audiovisual reflexiva	Renata Moreira da Silva Pereira	VIII Erebio	2017
T11	Orientação sexual, identidade de gênero e sexismo na escola: Desconstruir para construir	Valéria Lima Marques de Sousa e Célia Teixeira Lopes	VIII Erebio	2017
T12	Marcando passos, a(r)mando lutas: O(s) feminismo(s) e outras “bio-logias” na compreensão dos gêneros e sexualidades	Fabiana Aparecida de Carvalho	REnBIO	2021

Fonte: Autoras.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

RESULTADOS

Ao longo da pesquisa, não identificamos nenhum artigo que trata exclusivamente sobre a Violência contra a mulher, mas há os que discutem brevemente sobre a temática. Assim, buscamos trazer o que está sendo discutido nos artigos publicados nesses periódicos da área de ensino de Química, Física e Biologia a respeito de Gênero, Feminino e Mulher, do mesmo modo, detectar o que está sendo discutido em relação à Violência contra a mulher.

DISCUSSÕES A RESPEITO DE GÊNERO, FEMININO/A E MULHER

No periódico RBEF, identificamos 5 artigos com os descritores referidos anteriormente, no entanto, nenhum tem relação com a violência contra a mulher. Destes, três mencionam o número muito baixo de mulheres na física, portadoras de diplomas e o número maior de homens ocupando espaços nas ciências exatas. 1 deles está relacionado com a história de Cecilia Payne, uma astrofísica britânico-estadunidense responsável pela descoberta de Hidrogênio e Hélio na composição estelar. Por último, é apresentado o texto relacionado com o desempenho das/os estudantes do ensino médio na disciplina de Física em função do gênero.

Na revista da SBENBIO, foram identificados 155 trabalhos, dos quais 133 tratam do tema gênero, mulher, feminino/a. De modo geral, estes discutem questões a respeito de gêneros e sexualidade, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), sexo, Educação Sexual, Direitos Humanos, Currículo, diversidade, Mulheres nas Ciências, corpo humano, gravidez indesejada, em formato de relatos de experiências, sequências didáticas, entrevistas, questionários, pesquisas em livros didáticos, análise de periódicos, filmes, confecções de materiais didáticos.

Na RVQ, identificamos 33 artigos que apresentaram os descritores, no entanto 28 dizem respeito à gênero de plantas. Cinco tratam do gênero feminino, mas nenhum apresenta, ao longo do texto, a relação com a violência doméstica contra a mulher. Esses artigos trazem informações a respeito do ofício e vida de Dorothy C. Hodgkin, bibliografia e contribuições de Lucia Tosi, medicamento para Excitação Sexual

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

Feminina, análise de livros didáticos apontando a ausência/escassez de indígenas, bem como homens negros e mulheres no conteúdo imagético. Além dessas informações, alguns trouxeram os esforços realizados por alguns países para aumentar a participação de mulheres em áreas de ciência-tecnologia.

DISCUSSÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Identificamos 12 textos (Quadro 1) que discutem, de forma muito breve, a Violência contra a mulher ao longo dos seus textos, todos podem ser encontrados na Revista SBENBIO, conforme quadro 01.

No T1, os autores realizaram o Projeto Tempo com Ciência, um "projeto de iniciação científica de caráter não formal", em que se efetivou ciclos de debates mediados por pedagogas e sociólogos, todas/os pesquisadoras/es da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Uma das temáticas foi intitulada "Mulheres com Ciência". "O ciclo dedicou-se ao debate sobre Mulheres atuantes na sociedade, lutas feministas e violência contra a mulher." (T1, 2012, p. 4). Na busca pela reflexão da comunidade a respeito do tema, também, foram executadas intervenções com cartazes espalhados pelo *campus*, com frases polêmicas a respeito da liberdade sexual, aborto e violência contra a mulher. Outro tema contou com a palestra "Feminismo: Histórico, Bandeiras e Objetivos", discutindo a luta cotidiana das mulheres.

O T2 socializou com a questão da desconstrução dos papéis de gênero a partir de imagens que carregam características e atividades socialmente aceitas como masculinas e femininas. O tema violência contra a mulher não é o tema central, no entanto o artigo ressalva projetos políticos e leis constantemente discutidos, atualmente, como "legalização do aborto, equiparação salarial, rigidez a penas para crimes de violência contra a mulher", além dos altos índices da violência contra a mulher, os quais reafirmam a intolerância de gênero. (T2, 2016, p. 2270)

Já, o T3 relatou atividades desenvolvidas no seminário "Mulheres na Ciência" pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Os autores, que não são nomeados no texto, discorrem a respeito da desigualdade de gênero, discursam brevemente a respeito da Violência contra a mulher e a necessidade de combatê-la. Ainda, ressalva a demanda de inclusão em currículos dos temas relacionados com "gênero e sexualidade em todas as áreas do conhecimento". (T3, 2016, p. 4777)

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

Em uma escola Municipal, relatado no T4, foi realizada a oficina “Diversidade: que não se permita o fundo vermelho” cujo objetivo foi a construção de temas acerca da intolerância de gênero, étnico-racial e cultural. A oficina utilizou-se de recursos didáticos do tipo jogos e vídeos, contribuindo com a aproximação das/os estudantes da educação básica. Nesta, é retratada, por meio de um vídeo, a violência física contra uma mulher, destacando a necessidade de a escola discutir temas contemporâneos da nossa sociedade.

O T5 trata-se de um relato de experiência acerca de uma sequência didática que teve como foco os temas “gênero” e “sexualidade”. Os autores destacam a importância de se discutir questões sociais como a desigualdade de gênero bem como a diversidade sexual e enfatizam as estatísticas alarmantes sobre violência contra a mulher e de homofobia. De acordo com as/os autoras/es, “tratar desses assuntos na escola é uma forma de empoderamento individual e de minorias sociais.” (T5, 2018, p. 1398)

O T6 discorre acerca de uma sequência didática para estudantes da educação básica sobre o tema de Igualdade de Gênero. Ela é apresentada por meio de diversos temas:

> [...] distribuímos um tema de pesquisa para cada grupo trazer para a aula seguinte. A ideia era fazer uma busca rápida acerca de alguns aspectos envolvendo a conquista dos direitos femininos ao longo do tempo e em diferentes partes do mundo com o intuito de abordar a questão de uma maneira temporal. Os temas distribuídos buscaram incluir a aquisição do direito ao voto, do direito a educação, a questão da violência contra a mulher e ainda algumas personalidades femininas de destaque no mundo (T6, 2018, p. 3745).

No T7, as autoras buscam discutir com brevidade o histórico dos movimentos realizados pelas mulheres, especialmente no campo acadêmico. As autoras relatam a participação feminina na ciência e o quão duro foi introduzi-las neste campo, os mesmos obstáculos eram encontrados também desde o direito de escolher ter filhos, violência doméstica e a obrigatoriedade das tarefas do lar, de acordo com as mesmas autoras. Toda essa complexidade “contribuiu para naturalizar opressões de gênero”. (T7, 2021, p. 4295)

O T8, intitulado “Mesmo se eu for estuprada, eu não vou abortar’: discursos de discentes dos anos finais do ensino fundamental na disciplina educação para sexualidade”, trata-se de uma aula do componente curricular “Educação para a Sexualidade”, desenvolvida para os anos finais do ensino fundamental, com o objetivo

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

de discutir acerca do aborto. Nela,

> O discurso do aborto como crime esteve presente nas falas das(os) estudantes, mesmo nos casos de estupro, inclusive alguns/algumas desejavam que as mulheres morressem ao abortar. As (os) discentes argumentaram que uma possível descriminalização aumentaria os números de abortos no país e, além disso, culpabilizaram as mulheres pela realização do aborto, em detrimento dos homens (T8, 2021, p. 4398).

Segundo o autor, os relatos chamam a atenção em posições contrárias ao aborto em caso de estupro porque a violência sexual contra a mulher é pouco problematizada. Inclusive, a frase do título é mencionada por uma de suas estudantes.

O T9 é um relato de experiência com o objetivo de apresentar a abordagem freireana, o qual possibilitou a relação dialógica entre alunas/os e professoras/es em formação. Após o levantamento preliminar, "no nível local, trabalhamos o conceito de estereótipos de gênero"; no "nível meso, trabalhamos como o conhecimento sobre gênero e sexualidade afeta nossas vidas" e a "nível macro, trabalhamos os índices nacionais de violência contra a mulher e população LGBT+, como estes dados são divulgados pela grande mídia e tratados pelas instituições oficiais, movimentos sociais e formas associativas". (T9, 2021, p. 4613). A atividade se mostrou bastante positiva, uma vez que possibilitou diálogos entre educandas, educandos, educadoras e educadores.

O relato de experiência T10 apresenta uma abordagem pedagógica a respeito da homossexualidade e homofobia. Uma aula reflexiva e inclusiva no ambiente escolar. A autora ressalva a demanda da escola se posicionar visando a inclusão de sujeitos, assumindo caráter plural que dê espaços de diálogo, inserção, construção e, especialmente, o acolhimento de todos os indivíduos que nela queiram encontrar-se, sem discriminação e preconceito:

> A escola não é campo neutro – assim como a ciência também não – deve ser vista desmitificada, refletindo interesses, hierarquizando relações de poder e produzindo corpos e identidades normatizados. Logo, a escola configura-se como lugar de opressão, discriminação e preconceitos, geradora de **violência contra mulheres** e LGBTTQI, principalmente relacionada a homofobia (T10, 2017, p. 909).

Segundo a professora autora, com a atividade, observou-se "respeito à diversidade de identidades de gênero e/ou expressão da sexualidade, apropriação de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

conceitos e maior posicionamento crítico" (T10, 2017, p. 916)

O T11 apresenta um projeto sobre orientação sexual desenvolvido no contexto de uma escola pública. De acordo com as autoras, a abordagem do assunto foi uma reivindicação por parte das alunas e dos alunos. Buscou-se trabalhar gênero e diversidade. Com o andamento das atividades, houve a necessidade de desconstruir expressões de "coisa de menina" e "coisa de menino". Do mesmo modo, elas apontam que o sexo biológico das mulheres ainda é um fator determinístico, pois a mulher sofre uma certa pressão quando a questão é ter filhas/os, tornando-se um assunto relevante de ser discutido, bem como a emancipação da mulher, na qual ela não é obrigada a desempenhar o papel de progenitora. Assim, houve a exibição de uma campanha de combate ao machismo e violência doméstica.

O T12 destaca os movimentos realizados nos últimos anos, os quais dizem respeito à visibilidade das mulheres (cisgêneras, transgêneras, travestis e perfomadoras). No entanto:

> Dentre as iniciativas de discussão do corpo orgânico e social, de combate às violências contra mulheres, LGBT+ e grupos subalternizados, de extinção dos preconceitos, racismos, sexismos e especismos estruturantes no contexto escolar, poucas ainda se relacionam ao ensino de biologia. Muitas professoras alegam medos em relação à pressão familiar, à dificuldade de romper com tabus e preconceitos, aos desconhecimentos acerca das lutas de mulheres, LGBT+ e da diversidade cultural, além do imperativo dos dogmas morais e religiosos a circunstanciar pontos de vistas e atividades pedagógicas (T12, 2021, p. 449).

A autora ainda apresenta as lutas relacionadas a gênero e sexualidades, discute o binarismo sexo/gênero e destaca a necessidade de epistemologias femininas.

REFLEXÕES SOBRE OS RESULTADOS

O fato de não haver (ao menos, não por nós encontradas) discussões propriamente sobre a violência doméstica contra a mulher nos artigos de periódicos da área de Ensino de Ciências é que propiciou nossa busca. Acreditamos que uma motivação possa ser em razão de que as problematizações de gênero, dentro da história, sejam recentes. Apenas atualmente a condição de pouca participação da mulher na ciência está sendo questionada, uma vez que certos espaços até pouco tempo, eram ocupados, majoritariamente, por homens. Contemporaneamente, a mulher está adentrando a esses recintos, exercendo cargos de chefia, por exemplo. No entanto, falta-

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

nos muito. Provavelmente, esse histórico vem de um passado considerado bastante machista e patriarcal. Nesse âmbito é que a violência doméstica contra a mulher, como identificamos nesta pesquisa, é pouco abordada nas escolas. Ou se é mais abordada, essa abordagem não reflete em pesquisas publicadas em periódicos da área de ciências.

Como o resultado não foi muito satisfatório em relação a responder nosso problema de pesquisa, buscamos a identificação de como os documentos educacionais se posicionam a respeito do tema. Em relação aos documentos normativos que servem como base para a elaboração dos currículos escolares, tanto de escolas públicas quanto das privadas, a violência contra a mulher pode ser identificada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apenas no componente curricular de História do 9º ano.

> (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas (Brasil, 2018, p. 431).

Identificada também na seção de Competências específicas e Habilidades da área de ciências humanas e sociais aplicadas:

> (EM13CHS503) Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos (Brasil, 2018, p. 577).

Já, no que concerne ao Referencial Curricular Gaúcho, documento referência para a organização curricular das escolas públicas estaduais no estado do Rio Grande do Sul, onde este artigo está sendo escrito, observamos que, no Ensino Fundamental, assim como na BNCC, o tema é abordado apenas no 8º ano, na disciplina de História: "(EF08HI14RS-2) Debater sobre permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências contra as mulheres, as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas. (Rio Grande do Sula, 2018, p. 168)". Quanto ao Ensino Médio, é abordado somente como tema transversal (Rio Grande do Sulb, 2018, p. 75). No entanto, não cabe apenas nos componentes curriculares de Ciências Humanas a discussão a respeito do tema e, sim, em todo e qualquer componente, faz parte do mundo vivencial de nossas/os estudantes; se não vive uma situação próxima de violência, conhece alguém que vive, ou leu, assistiu sobre algum caso.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

E, visando a problemática, foi aprovada a Lei nº 14.164/2021 que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), introduzindo, nos currículos da educação básica, conteúdos relativos à prevenção da violência contra a mulher. Assim,

> Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino (Brasil, 2021).

Essa Lei encaminha a deliberação, no mês de março, da Semana Escolar de Combate à Violência Contra a Mulher, visando, de acordo com o inciso 9, parágrafo 2º:

> I – contribuir para o conhecimento das disposições da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); II – impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher; III – integrar a comunidade escolar no desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das diversas formas de violência, notadamente contra a mulher; IV – abordar os mecanismos de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, seus instrumentos protetivos e os meios para o registro de denúncias; V – capacitar educadores e conscientizar a comunidade sobre violência nas relações afetivas; VI – promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher; e VII – promover a produção e a distribuição de materiais educativos relativos ao combate da violência contra a mulher nas instituições de ensino (Brasil, 2021).

Deste modo, podemos induzir que a violência contra a mulher e, mais especificamente, a violência doméstica contra a mulher no contexto da escola básica é um assunto recente. Portanto, há necessidade de dialogar no conjunto educacional as questões de gênero à vista de uma Educação Problematizadora, que discuta os problemas pertencentes à vida real e do mundo vivido pelas/os estudantes. Nesse contexto, é necessário discutir a não utilização de violência na resolução de conflitos, sejam eles com estranhos ou pessoas próximas. Essa educação se baseia no conceito do "mundo da vida", como referido pelo educador brasileiro Paulo Freire.

O que indica também a Educação CTS/PLACTS, que busca a formação por meio de temas concretos condizentes com a realidade das/dos estudantes para torná-las/os "acessíveis e mais atraente a alunos de diferentes capacidades sensibilidades, e preparar as/os jovens para o papel de cidadãs/os numa sociedade democrática" (Strieder, 2008, p. 26), com o intuito de se desfazer de uma sociedade androcêntrica e instruir uma

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

sociedade mais digna, liberal, justa e democrática para as/os hoje oprimidas/os, dentro da qual se inserem as mulheres vítimas da violência doméstica. Assim,

> [...] podem balizar propostas educacionais para a constituição de uma cultura de participação social, tendo em vista que o movimento CTS, apesar de apresentar-se de forma polissêmica, defende, em linhas gerais, configurações curriculares balizadas por temas, por problemas reais contemporâneos que, devido a sua complexidade, necessitam abordagens de caráter multidisciplinar. Ainda, esse movimento tem como um dos principais objetivos a busca da democratização de processos decisórios sobre temas/problemas contemporâneos, progressivamente condicionados pelo desenvolvimento científico-tecnológico (Santos, 2016, p. 66).

Esse tipo de violência pode ser encontrado em muitas residências em nosso país, sendo uma triste realidade vivenciada por muitas/os das/os nossas/os estudantes da educação básica, especialmente, quando é cometida pelo pai para com a mãe. Por isso, cabe a nós professoras/es, no papel de educadoras/es dialógicas/os-problematizadoras/es, tornarmo-nos mais críticas/os e reflexivas/os, lutarmos pela humanização, por meio de metodologias intrínsecas ao contexto da/o educanda/o, fazendo o uso de temáticas geradoras, contextualizadas, realistas e diversificadas, com amor e humildade. Por esse motivo, é necessário contestar atitudes opressoras como o machismo, o racismo, a homofobia e o fascismo, em prol de uma educação crítica.

Nesse intuito, considerando que temas contemporâneos como esse ainda são pouco discutidos em sala de aula, apesar de ser uma problemática histórica e atual em nossa sociedade, como professoras/es, é indispensável que saibamos enfrentar esses delicados assuntos e orientar tais proposições que podem estar afetando a vida de nossas/os estudantes. Para tanto, propomos uma aproximação do tema com pressupostos freireanos e uma educação de perspectiva CTS/PLACTS. Isso pode ocorrer a partir da verificação da necessidade de problematizar a violência doméstica contra a mulher a partir da identificação de situações vivenciais, que evidenciam essa demanda, alinhando-se aos pressupostos freireanos. Essa abordagem educacional deve considerar o mundo vivido pelas/os estudantes, reconhecendo que a realidade de violência doméstica pode estar presente em alguns contextos familiares dessas/es estudantes, bem como na sociedade que as/os cerca.

CONCLUSÃO

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

Durante a realização deste trabalho, foi possível perceber que a violência doméstica contra a mulher é um tema muito preocupante e constante na nossa sociedade e, muitas vezes, silenciado. Essa pesquisa demandou muitas leituras, acompanhamento em noticiários, palestras, seminários, ocasionando, cada vez mais, a nossa sensibilização em relação ao tema.

Infelizmente, não foi encontrado nenhum artigo que discuta a violência doméstica contra a mulher, tão pouco a união na temática junto à Educação CTS/PLACTS. Desse modo, através da nossa pesquisa em periódicos de Ensino de Ciências, foi possível indicar um pequeno quantitativo de menções a respeito do tema.

Cabe aqui destacar que todos os artigos que abordam, mesmo que rapidamente, a Violência doméstica contra a mulher, foram encontrados na revista da SBENBIO. Eventualmente, isso se justifica pelo fato de a área do Ensino de Biologia abranger questões sociais e de saúde. Em contrapartida, as revistas de Ensino de Física e de Química não apresentam ainda discussões da temática em artigos que apresentam práticas pedagógicas, possivelmente, estejam mais focadas com o ensino disciplinar, havendo a necessidade de pesquisas dessas áreas com um enfoque que aproxime mais da realidade vivida como apregoa a Educação CTS e, dentro dessa realidade, a violência doméstica que tem como vítima a mulher, seja ela cônjuge, filha, irmã, neta, etc.

Nesse contexto, resultados como os encontrados demonstra que ainda há poucos estudos relacionados à violência doméstica contra a mulher, em especial, no ensino de ciências, considerando que, nos artigos visitados, não encontramos nada muito significativo a respeito. Resultado similar foi detectado em 2013, embora em outro campo do conhecimento, o da psicologia. Também, até aquele período, existiam poucos estudos e uma necessidade de

> [...] de ampliação de estudos na área [...], que possam descrever mais aprofundadamente o fenômeno da violência conjugal, em suas mais diversas formas de expressão e sua transmissão através das gerações. Nesse sentido, os dados obtidos reforçam a importância de ampliação de estudos investigativos que enfoquem a violência conjugal, como um fenômeno identificado através das gerações, para, com isso, subsidiar políticas públicas que possam auxiliar as famílias na interrupção do ciclo da violência. Que a teoria, em seus mais diversos olhares e perspectivas, possa ser capaz de sustentar práticas capazes de favorecer a família enquanto instituição promotora de saúde, proteção e resiliência através das gerações (Marasca; Colossi; Falcke, 2013, p. 238).

Podemos aferir que a violência doméstica contra a mulher é de origem cultural e

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

social, não cabe apenas ao poder público a demanda da sua problematização e tomada de providências, mas sim à população, portanto é problema de todas/os. Não podemos nos deixar enganar nas expressões "Ela gosta de apanhar" ou que "Em briga de marido e mulher, não se mete a colher", mas sim, encorajar mulheres a abandonar relações violentas, bem como acolhê-las e não as julgar.

Assim, acreditamos que a educação voltada a temas contemporâneos como esse, especialmente, nas escolas, pode contribuir para a emancipação de mulheres/meninas (possíveis vítimas), bem como de homens/meninos (possível futuro agressor) de um presente e um passado assustadoramente machista, uma vez que "Educação não transforma o mundo, educação muda as pessoas e as pessoas transformam o mundo" (Freire, 1979, p. 84).

Esperamos que este trabalho possa vir a contribuir para uma maior discussão a respeito da Violência doméstica contra a Mulher, especialmente, no Ensino de Ciências, que, como pudemos constatar, sua ocorrência é praticamente inexistente. Ao menos, nas pesquisas publicadas nesses periódicos, isso não ocorre de forma significativa. Como professoras/es, assuntos como esse podem vir a surgir em nossas salas de aula e, por isso, é importante que saibamos atender e dialogar sobre situações que se manifestem nesse viés.

REFERÊNCIAS

AULER, Décio. Enfoque Ciência-Tecnologia-Sociedade: Pressupostos para o contexto brasileiro. **Ciência e Ensino**, v. 1, n. especial, p. 1-20, 2007.

AULER, Décio. **Interações entre Ciência-Tecnologia-Sociedade no contexto da formação de professores de ciências**. 2002. 258 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/. Acesso em: 11 de mai. de 2022

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 13 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em 13 jan. 2022.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

BRASIL. **Lei Nº 14.164, de 10 de junho de 2021**. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.164-de-10-de-junho-de-2021-325357131. Acesso em: 11 de mai. de 2022

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Recurso Especial 1977124. Recurso especial. Mulher trans. Vítima de violência doméstica. Aplicação da Lei n. 11.340/2006, Lei Maria da Penha. Critério exclusivamente biológico. Afastamento. Distinção entre sexo e gênero. Identidade. Violência no ambiente doméstico. Relação de poder e modus operandi. Alcance teleológico da lei. Medidas protetivas. Necessidade. Recurso provido. Recorrente: Ministério Público do Estado de São Paulo. Relator: Ministro Rogerio Schietti Cruz, 05 de abril de 2022. Disponível em: https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1473961621/recurso-especial-resp-1977124-sp-2021-0391811-0/inteiro-teor-1473961657. Acesso em: 28 de mai. de 2022.

DAGNINO, Renato. O que é o PLACTS (Pensamento Latino-americano em Ciência, Tecnologia e Sociedade)? **Ângulo (FATEA. Impresso).** Lorena, v. 140, p. 47-62, 2015.

DIAS, Isabel. Violência doméstica e justiça: Respostas e desafios. **Revista do Departamento de Sociologia da FLUP**, v. XX, p. 245-262, 2010.

DIAS, Isabel. Violência e género em Portugal: abordagem e intervenção. **Cuestiones de Género**, n. 3, p. 153-171, 2008.

DIAS, Isabel. **Violência na família.** Uma abordagem Sociológica. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2017. São Paulo: FBSP, 2017. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf. Acesso em: 13 jan. 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GARCÍA, Marta Garcia.; CEREZO, Jose A. Lopez.; LÓPEZ, Jose L. Lujan. **Ciencia, Tecnología y Sociedad:** una introducción al estudio social de la Ciencia y la Tecnologia. Madrid: Tecnos, 1996.

GÓES, Fernanda Karla Fernandes Da Silva et al. **O quarto excluído:** gêneros não binários e formação universitária. 2019. 310 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Apendentes) – Programa de Pós-Gradução em Gestão de Organizações Aprendentes, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2019.

GUEDES, Rebeca Nunes; Fonseca, Maria Rosa Godoy Serpa; EGRY, Emiko Yoshikawa. Limites e possibilidades avaliativas da estratégia saúde da família para a violência de gênero. **Rev. esc. enferm. USP** [online], v. 47, n. 2, p. 304-311, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre Identidade de Gênero**: Conceitos e Termos. 1. ed. Goiânia: Ser-Tão - Núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade / UFG, v. 1, 2012. 42p. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

KRUG, Etienne G; DAHLBERG, Linda L; MERCY, James A, ZWI, Anthony B; LOZANO, Rafael. **World reportonviolenceandhealth**. Geneva, World Health Organization, 2002.

LIMA, Ana Cristina; SIQUEIRA, Vera Helena Ferraz de. Ensino de Gênero e Sexualidade: diálogo com a perspectiva de currículo CTS. **Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v. 6, n. 3, p. 151-172, nov. 2013. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/revista/25671/V/6. Acesso em: 15 out. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. "Nas redes do conceito de gênero". *In*: LOPES, M.J.M.; MEYER, D.E. e WALDOW, V.R. (org.). **Gênero e Saúde**, Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

MACIEL, Maria Angélica Lacerda *et al*. Violência doméstica (contra a mulher) no Brasil em tempos de pandemia (COVID-19). **Revista Brasileira de Análise do Comportamento / Brazilian Journal of Behavior Analysis**, v. 15, n. 2, p. 140-146, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/8767. Acesso em: 01 de out. 2022.

MARASCA, Aline Riboli; COLOSSI, Patrícia Manozzo; FALCKE, Denise. Violência Conjugal e Família de Origem: Uma Revisão Sistemática da Literatura de 2006 a 2011. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 221-243, jun. 2013. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751531016.pdf. Acesso em: 01 de out. 2022.

MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Naomi. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Revista Saúde Pública**, v. 45, n. 3, p. 564-574, 2011.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um Ensaio-Teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, mar./abr. 2011. Disponível em: http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_1169.pdf. Acesso em: 01 de out. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório mundial sobre a prevenção da violência 2014. **Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo.** Disponível em: https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf. Acesso em: 13 de janeiro de 2022.

RABELLO, Patrícia Moreira, CALDAS JÚNIOR, Arnaldo de França. Violência contra a mulher, coesão familiar e drogas. **Rev Saúde Pública**. p. 970-978, 2007.

RABELO, Letícia Almeida. **A transexualidade e o direito ao reconhecimento: A alteração de registro civil de pessoa transexual sem cirurgia de redesignação sexual**. 2017. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular Gaúcho: Ensino Fundamental**, v. 1. Secretaria de Estado da Educação: Porto Alegre, 2018a.

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular Gaúcho: Ensino Médio**, v. 1. Secretaria de Estado da Educação: Porto Alegre, 2018b.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. Coleção Polêmica, São Paulo: Editora Moderna, 1987.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Rosemar Ayres dos. **Busca de uma participação social para além da avaliação de impactos da Ciência-Tecnologia na Sociedade:** sinalizações de práticas educativas CTS. 2016. 203 p. Tese (Doutorado em Educação), Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

SENASP – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. Diagnóstico dos homicídios no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

SOIHET, Rachel. Mulheres Pobres e violência no Brasil urbano. *In*: DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 362-400, 2018.

STRIEDER, Roseline Beatriz. **Abordagem CTS e Ensino Médio**: Espaços de Articulação. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Rev. Bras. Epidemiol**, v. 23, n. especial, p. E200033, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1980-549720200033. Acesso em: 02 de nov. de 2022.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015:** homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO, 2015.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023.
Recebido em: 11/05/2023 | Aceito em: 19/11/2023